



Publicado em *Comissão Permanente de Arquivo - CParq* (<https://cparq.ufba.br>)

[Início](#) > Ata da reunião informal do Conselho Universitário da Universidade Federal da Bahia 01.07.2004

## Ata da reunião informal do Conselho Universitário da Universidade Federal da Bahia 01.07.2004

**Data:** qui, 01/07/2004 - 14:00

**Pauta:**

### item 05 – “Execução orçamentária do exercício 2004”

Tendo como relatora, a Conselheira Dora Leal Rosa, em caráter informal e desprovida de comportamento deliberativo, dada a relevância do tema, em face da atual conjuntura econômica da UFBA, a requerer opiniões e posicionamentos daquele Colegiado. Com a palavra, o Senhor Presidente registrou as presenças dos Conselheiros Ademário Galvão Spinola e Renato Jorge Pinto, respectivamente representantes do Instituto de Saúde Coletiva (ISC) na condição de decano da Unidade e dos servidores técnico-administrativos, ambos participando pela primeira vez de reunião do Conselho, passando, em seguida, a palavra à relatora, Conselheira Dora Leal Rosa, que então procedeu a uma apresentação acerca das contas da Universidade, através da utilização de equipamentos de projeção e *data-show*, com a simultânea distribuição do correspondente documento intitulado “Execução orçamentária 2004”. Na exposição, ressaltou o constante crescimento das despesas com água, energia, limpeza, telefone e vigilância, tendo também elaborado comentários diversos sobre a caótica situação financeira da Instituição, concluindo com a informação sobre a necessidade de obtenção de R\$ 7.044.000,00 para o 2º semestre de 2004, uma vez que a verba prevista e supostamente disponível se esgotara no mês de junho, não se incluindo aí o débito com a EMBASA, que perdura desde 1999 e já se encontra bastante elevado e, também, ressaltando, o tratamento especial que vem sendo adotado em relação às contas da COELBA, em virtude dos seus expressivos aumentos. Com a palavra, o Conselheiro **Marco Antônio Fernandes** manifestou maior preocupação com o aspecto do consumo de energia em face do seu amplo e notório desperdício, considerando que as medidas já implementadas para a telefonia deverão atenuar a sua demanda e custos; fez referência à sobrecarga elétrica do Instituto de Matemática e à conseqüente impossibilidade de utilização de alguns equipamentos em virtude do risco de incêndio, defendendo a exploração de energia alternativa e a obtenção imediata de recursos para o equacionamento de um problema histórico, que reclama encaminhamento e solução imediatos.

O Conselheiro **Roberto Paulo Araújo** atribuiu a preocupante situação ao estado de penúria e abandono a que foram relegadas as IFES por parte do Governo Federal, a despeito da posição que ainda ostentam e conservam como melhores instituições de ensino do País. No seu entendimento, há, além das perdas, aumento real de demanda, em decorrência do incremento populacional e de atividades da Universidade, bem como da permanente aquisição de novos equipamentos por professores, através de projetos e convênios, então instalados sem qualquer acompanhamento técnico, por vezes até sob desconhecimento do diretor da Unidade, provocando o aumento desordenado de energia. Por outro lado, ressaltou o Conselheiro Roberto Paulo, revela-se uma expressiva expansão da produção universitária, em contraposição à persistente inibição e asfixia das IFES por parte do Governo Federal, como a demonstrar uma resposta afirmativa a uma suposta tentativa de sucateamento. Em outras palavras, constata-se que a UFBA está operando e realizando satisfatoriamente, trabalhando

muito e funcionando mais, daí advindo o aumento dos mencionados gastos que atualmente acontecem ao longo dos doze meses do ano, em virtude do remanejamento das férias regulares no calendário letivo. Por fim, o Conselheiro Roberto Paulo criticou a proporção do aporte financeiro que, ao disponibilizar cerca de 95% da sua totalidade para pagamento de pessoal, faz com que os restantes 5% inviabilizem os procedimentos rotineiros de gestão.

O Conselheiro **Antônio Heliodório Sampaio** destacou, como aspectos mais preocupantes, o aumento de demanda e a falta de planejamento para manutenção, freqüentemente realizada de forma improvisada por técnicos de nível médio, que não detêm conhecimento específico suficiente para operar, exemplificando, dentre outros, o caso da absoluta falta de engenheiros mecânicos para supervisionar a instalação e manutenção dos elevadores e caldeiras da UFBA; as redes elétricas e hidráulicas são complexas e sofrem, também, intervenções amadoras em virtude da inexistência de profissionais qualificados e de projetos e planos para o conjunto do *campus* que, pela sua amplitude, muito se aproxima de uma cidade; aludiu ainda à indisponibilidade de cadastros e mapas de infra-estrutura, somente encontrados nas respectivas concessionárias e por ele considerados imprescindíveis à execução do Plano Diretor e registrou o abandono e a deterioração ocorridos em instalações de algumas Unidades de Ensino.

O Conselheiro **Renato Pinto** concordou com a concepção do acréscimo do consumo de energia como consequência dos improvisos, mostrando-se cético quanto à melhoria do sistema em prazo curto, também fazendo referência e ressaltando os elevados valores da taxa de esgoto, todavia passível de negociação com a EMBASA; admitiu a ocorrência do desperdício e indagou sobre a situação do projeto “Água Pura”, tendo a Conselheira **Dora Leal Rosa** informado sobre a sua continuidade, apesar de alguns prejuízos motivados pelo reduzido número de integrantes para atendimento a toda a UFBA, adicionalmente referindo-se à tentativa de negociação das contas de água com aquela empresa, lamentavelmente estagnada ou pouco avançada em face do elevado valor do débito que impõe à Universidade a desconfortável condição de maior devedor daquele Órgão público estadual. Propôs também o Conselheiro **Renato** a aplicação de breves e permanentes revisões elétricas e hidráulicas, além de procedimentos de manutenção mais rigorosos e eficientes nas Unidades mais carregadas.

A Conselheira **Lina Maria Aras** sugeriu a adoção de medidas específicas que, no caso da energia, devem abranger intervenção na manutenção e iniciativas educativas para o seu uso, lembrando do resultado positivo alcançado por ocasião da implantação do racionamento punitivo no País, ainda mencionando a possibilidade de uso das modalidades eólica e solar na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas; com relação à água, reconheceu a existência de desperdícios do usuário e institucional e, sobre o telefone, comentou que o “TELEUFBA” não promoveu os efeitos favoráveis desejados, em virtude do uso indistinto dos aparelhos por pessoas que levam para o âmbito público os problemas e assuntos de natureza particular, com a inquestionável ocorrência de abusos; propôs a atualização e treinamento dos poucos funcionários habilitados da Prefeitura do *Campus* e a formação de uma Comissão com o objetivo de preparar e incentivar uma cultura de racionamento na UFBA, através da elaboração de programas e campanhas educativas.

O Conselheiro **Oswaldo Barreto Filho** fez observação referente à manutenção da verba de custeio no documento exibido, que não tem apresentado alteração significativa, a revelar uma situação de decréscimo orçamentário efetivo a cada período, apesar dos aumentos tarifários em percentuais bem superiores aos da inflação, aduzindo que as medidas estruturais de economia requerem aporte elevado de recursos e a formação de Comissão reflete um procedimento que tem se mostrado ineficaz. Entende o Conselheiro **Oswaldo Barreto** que a UFBA está tecnicamente falida e politicamente envolvida, disto resultando consequências adversas que muito prejudicam a Instituição; notou que, à evidência de um arrocho financeiro imposto às IFES pelo Governo, correspondeu, em contrapartida, uma melhoria de todos os indicadores demonstrativos de produtividade, a sugerir uma real existência de sobras ou excessos passíveis de redução, sem prejuízo técnico ou acadêmico; admitiu, contudo, que um dos aspectos críticos está relacionado com a manutenção e a reposição de pessoal, que não acontece na proporção das perdas, além da absoluta ausência de recursos a partir do mês de julho até o final do corrente ano; propôs, então, uma mobilização política capaz de solucionar ou atenuar a

gravidade financeira da Instituição, sob pena de se prolongar o aludido estado de falência atual que, mesmo não causando o fechamento, pode indefinidamente estender o ambiente de precariedade histórica do funcionamento da Universidade.

O Conselheiro **Luiz Fernando Bandeira** revelou que, de acordo com análise já efetuada, há possibilidade concreta de redução de custos com os serviços de limpeza e vigilância da UFBA se voltassem eles a serem realizados através dos antigos padrões ou modelos de administração direta, também informando que a ASSUFBA já vem atuando no sentido de regularizar as distorções funcionais do seu quadro de pessoal, bem como de planejar e realizar treinamento e qualificação profissionais; defendeu o aprofundamento das discussões que objetivem a redução das despesas em todos os setores citados, considerou necessária a mudança da linha de atuação governamental e, no âmbito interno, a aplicação da Reforma Patrimonial.

O Conselheiro **Francisco Mesquita** informou sobre a exclusão da UFBA do conjunto da matriz nacional do FORPLAD, em virtude dos seus elevados gastos com energia, limpeza etc., que se encontram em nível bastante superior à média das despesas das IFES de porte equivalente; admitiu a existência de excessos e desperdícios e referiu que a hipótese da perfuração de poços no *campus* de Ondina, já testada no Reitorado anterior, se revelou pouco compensadora. Prosseguindo, o Conselheiro **Francisco Mesquita** disse que a deflagração de um processo sério e competente de contenção de gastos ou eficiente investimento requer, dentre outros elementos, a convocação de técnicos pouco envolvidos nas atividades da UFBA, portanto menos ocupados e mais disponíveis à execução das tarefas, mas que sobretudo detenham alto grau de profissionalismo. Constatando um inequívoco aumento das despesas, informou sobre a tentativa de modificação dos procedimentos particularmente relacionados com a segurança e limpeza, a serem preliminarmente implantados, em caráter probatório, no espaço da Administração Central, para posterior difusão e descentralização pelos demais setores da Universidade.

A Conselheira **Dora Leal Rosa** enalteceu a positiva idéia e iniciativa do Magnífico Reitor ao pretender encaminhar a todos os Conselheiros as notícias referentes à atual situação financeira da Instituição, efetivamente preocupante, solicitando dos dirigentes o acompanhamento das atividades e correspondente consumo ou dispêndio nas respectivas Unidades e, sempre que necessária, a requisição dos serviços com a urgência demandada por cada caso; ratificou o declínio da participação da UFBA na mencionada matriz de alocação de recursos por razões de natureza quantitativa e qualitativa, entre estas ressaltando a falta de cursos noturnos, já que somente um, o de Física, funciona regularmente, também referindo que todas as preocupações relacionadas com a execução orçamentária já estão sendo levadas ao conhecimento dos Órgãos competentes, com destaque para o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria Geral da União (CGU). Findas as manifestações, o Presidente anunciou as três medidas a serem imediatamente deflagradas: 1- encaminhamento de todas aquelas informações e posições ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) na próxima terça-feira, dia 06.07.04, quando pretendia, pessoalmente, discutir o assunto e buscar alternativas que atenuem a adversa situação, sobretudo em face da escassa atuação e intervenção daquele Ministério e do insatisfatório resultado da Emenda ANDIFES, que ficou financeiramente situada em nível bem inferior ao previsto; 2- tentativa de remanejamento das verbas referentes e previstas para os meses de novembro e dezembro, com a sua antecipação para julho e agosto; 3- levar o caso à esfera e conhecimento da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Comentou, ainda, **Sua Magnificência**, sobre a existência da Comissão de Patrimônio, Orçamento e Finanças do Conselho Universitário que, preferivelmente à constituição de outras, deve ser acionada e se reunir para apreciação do assunto, a permanecer em pauta continuada até a sua definitiva regularização; referiu também que algumas das proposições apresentadas pelos Conselheiros já estão aplicadas e em curso e ratificou a grande dificuldade experimentada pela UFBA para negociação do débito com a EMBASA, atribuindo-a a embaraços políticos que vêm expressando ou aparentando indisposição do Estado em relação aos rumos adotados pela UFBA, admitindo, ainda assim, a possibilidade de reivindicação de transferência da responsabilidade e encargo de algumas despesas institucionais de custeio, a exemplo da vigilância, para o Governo Estadual. Por fim, informou sobre a preocupação, empenho e disponibilidade da Reitoria para com a greve dos servidores, recentemente deflagrada,

transmitindo semelhante posicionamento da parte do MEC, que revelou não ter participação no processo de negociação, cujo andamento vem envolvendo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), a Casa Civil e a Presidência da República, para posterior encaminhamento do projeto ao Congresso Nacional.

**Expediente:**

Na inexistência do quorum mínimo necessário à realização de reunião formal, o Magnífico Reitor optou pela exclusiva apreciação do **item 05 da pauta – “Execução orçamentária do exercício 2004”**.

**Local:** UFBA**O que ocorrer:**

Não houve o que ocorrer

**Participantes:**

Magnífico Reitor

Prof. Naomar Monteiro de Almeida Filho

presentes os Conselheiros a seguir relacionados: Professores Francisco José Gomes Mesquita (Vice-Reitor)

Neuza Dias Andrade de Azevedo (Pró-Reitora de Desenvolvimento de Pessoas)

Dora Leal Rosa (Pró-Reitora de Planejamento e Administração)

Nadja Magalhães Miranda (COM)

Lina Maria Brandão Aras (FFCH)

José Vasconcelos Lima Oliveira (MEV)

Sudário de Aguiar Cunha (FCC)

José Geraldo Aquino Assis (BIO)

Raimundo Muniz Teixeira Filho (FIS)

Nelson de Luca Pretto (EDC)

Paulo Gabriel Nacif (AGR)

Marcelo Duarte Guimarães (DIR)

OSVALDO BARRETO FILHO (ADM)

Marco Antônio Nogueira Fernandes (MAT)

ROBERTO PAULO CORREIA DE ARAÚJO (ICS)

MAGDA HELENA ROCHA DANTAS (ENF)

Ademário Galvão Spinola (ISC)

Maria Anita Martinelli (ENG)

Antônio Heliodório Lima Sampaio (ARQ)

Carmélia Regina de Mattos (ICI) e Evelina de Carvalho Sá Hoisel (LET); os representantes dos servidores técnico-administrativos Luiz Fernando Santos Bandeira e Renato Jorge Pinto

COMISSÃO PERMANENTE DE ARQUIVO - CPArq

End.: Rua Augusto Viana, s/n - Canela - Palácio da Reitoria - Térreo CEP: 40.110-060

Telefone: (0\*\*71) 3283-xxxx Fax: (0\*\*71) 3283-xxxx

E-mail: [cparq@ufba.br](mailto:cparq@ufba.br)

**Link:** <https://cparq.ufba.br/ata-da-reuniao-informal-do-conselho-universitario-da-universidade-federal-da-bahia-01072004>